

INTRODUÇÃO AO DIREITO
2020-2021
EXERCÍCIOS PARA AULAS PRÁTICAS

Os alunos deverão analisar os exercícios procurando soluções. No caso de exercícios com respostas múltiplas, deverão assinalar a ou as respostas que consideram válidas e inválidas, justificando a sua posição. Para cada exercício de resposta múltipla poderão ou não ser consideradas válidas ou inválidas mais do que uma das respostas apresentadas no texto. Nos exercícios sem respostas múltiplas, deverão responder, justificadamente, às questões suscitadas.

Sempre que possível e aplicável, a justificação para a resposta deve ser acompanhada de indicação das normas jurídicas que a fundamenta.

I

Direito e sociedade. Ordens Normativas

Caso 1

A decisão da Autoridade da Concorrência que determina a aplicação a uma Associação de Empresas de uma coima no valor de € 500.000,00 por fixação de preços mínimos a praticar pelas associadas relativamente aos produtos que comercializam, pode ter como fundamento:

- 1-O dever moral de os empresários fixarem livremente os preços dos produtos vendidos
- 2-O dever moral de ajustar os preços à capacidade financeira de cada consumidor
- 3-Um dever de cortesia para com os consumidores
- 4-O dever jurídico de respeitar o livre funcionamento do mercado

Caso 2

A norma que estabelece que não podem ser apreendidos pelo Tribunal prédios destinados ao culto público deve ser considerada:

- 1-Uma norma jurídica
- 2-Uma norma moral
- 3-Uma norma religiosa
- 4-Uma norma de cortesia

Caso 3



A norma que estabelece que não podem ser apreendidos pelo Tribunal os instrumentos e os objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes é:

- 1-Uma norma jurídica
- 2-Uma norma moral
- 3-Uma norma religiosa
- 4-Uma norma de cortesia

Caso 4

O trânsito de pessoas no interior dos prédios destinados a habitação deve ser objeto de:

- 1-Normas jurídicas
- 2-Normas de cortesia
- 3-Normas morais
- 4-Normas religiosas

Caso 5

A regra que estabelece que o trânsito de veículos motorizados nas estradas nacionais se processa pela hemi-faixa direita da via pública, atento o sentido do condutor do veículo, constitui uma:

- 1-Norma de cortesia
- 2-Norma moral
- 3-Norma jurídica
- 4-Norma religiosa

Caso 6

A norma jurídica diferencia-se da norma de trato social na medida em que:

- 1- A norma jurídica é indispensável à vida em sociedade, sendo suscetível de aplicação coerciva no caso de ser violada;
- 2- A norma jurídica só vigora se os seus destinatários entenderem que a devem respeitar;
- 3- A norma jurídica pode não coincidir com o comportamento habitual da generalidade das pessoas;
- 4- A norma jurídica vigora independentemente de os destinatários concordarem com o seu conteúdo.

Caso 7

A norma moral diferencia-se da norma jurídica na medida em que:

- 1-Os respetivos conteúdos se opõem;
- 2-A norma moral se impõe na sociedade independentemente do Estado assim o determinar;
- 3-A norma moral vigora na medida em que os seus destinatários tiverem consciência do dever de a respeitar;
- 4- A norma moral é uma aplicação de uma religião.

Caso 8

A relação entre Direito objetivo e subjetivo traduz-se no facto de:

- 1-O Direito objetivo representar o somatório de todos os direitos subjetivos
- 2-O Direito objetivo só existir se, previamente, existirem direitos subjetivos
- 3-O Direito objetivo estabelecer normas de atuação e o direito subjetivo um poder ou liberdade de atuação
- 4-O direito subjetivo consistir na interpretação da norma de atuação feita por uma pessoa determinada

Caso 9

A aplicação ao vendedor pela ASAE (Autoridade da Segurança Alimentar e Económica) de uma coima no montante de 1000,00, por falta de afixação de preços de bens vendidos ao público, tem por finalidade:

- 1-Punir o empresário vendedor pela infração da lei
- 2-Prevenir a prática de futuras infrações no mercado
- 3-Prevenir a prática de futuras infrações pelo empresário prevaricador
- 4-Indemnizar o Estado pelos danos sofridos por virtude da prática ilícita

Caso 10

A aplicação pelo Tribunal a Bernardo, pela prática do crime de difamação de associação de apoio a deficientes, de uma pena de seis meses de prisão, substituída por € 1200,00 de multa, acompanhada do dever de publicitação da sentença, e ainda da condenação no pagamento de indemnização no valor de € 10000,00, tem como objetivo(s):

- 1-Punir Bernardo pela infração da lei penal
- 2-Prevenir a prática por Bernardo de futuras infrações
- 3-Prevenir em geral a prática de futuras difamações
- 4-Compensar a Associação pelos danos sofridos na sua imagem

Caso 11

A obrigação da companhia de seguros pagar uma indemnização pela morte de Francisco, falecido numa acidente de viação provocado por Francisca, sua segurada, tem como objetivo:

- 1-Reparar as lesões sofridas
- 2-Punir a seguradora pela prática por Francisca de uma infração ao Código da Estrada

- 3-Evitar a prática por Francisca de futuras infrações
- 4-Compensar a perda da vida de Francisco

Caso 12

A decisão da Autoridade da Concorrência em considerar ilícito o acordo entre as empresas A, B e C que, representando 70% das vendas em Portugal do medicamento X, fixaram o seu preço mínimo a praticar por todas elas no mercado nacional, condenou A, B e C no pagamento de coimas, de montante superior a 500.000,00, e ainda no pagamento de uma quantia de € 10000,00 por cada dia de persistência na prática da infração, tem como objetivo:

- 1-Aplicar uma sanção jurídica relativamente à prática de um ato ilícito, punindo as infratoras
- 2-Compelir as infratoras a porem termo à prática ilícita
- 3-Indemnizar o Estado pelos danos sofridos
- 4-Evitar a prática de futuras infrações

Os Valores prosseguidos pelo Direito

Caso 13

Em 01/06 do ano n, A acordou com B em que este lhe contruirá um centro comercial pelo valor de 50.000.000,00, devendo estar pronto a funcionar em 01/06/ do ano n+4. Em 03/07 do ano n+1 a Assembleia da República aprovou uma nova lei do ambiente e o Governo aprovou um Decreto-Lei contendo nova e mais exigente regulamentação em matéria de instalações elétricas, telecomunicações e acessos por deficientes. Como decorrência do exposto, passou a ser exigido em todos os processos de licenciamento de grandes superfícies e centros comerciais a apresentação de um estudo de impacto ambiental muito pormenorizado, um tratamento mais exigente do ar ambiente e novos acessos próprios para deficientes relativamente a todos os pisos do centro comercial. A nova lei concedeu um prazo de noventa dias para que os processos já licenciados se adaptassem às novas exigências. Segundo B, o cumprimento das novas leis implicam um aumento do custo da construção do Centro não inferior a 5.000.000,00, pretendendo, nesta conformidade, a revisão do preço contratado.

A pretensão de B corresponde ao uma noção de justiça:

- 1-Distributiva
- 2-Comutativa
- 3- De natureza diversa das anteriores

Caso 14

Atente na seguinte disposição do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS): TAXAS

Artigo 68.º

Taxas Gerais

- 1 - As taxas do imposto são as constantes da tabela seguinte:

Rendimento coletável (euros)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 7091.....	14,50	14,500
De mais de 7091 até 10700.....	23,00	17,367
De mais de 10700 até 20261.....	28,50	22,621
De mais de 20261 até 25000.....	35,00	24,967
De mais de 25000 até 36856.....	37,00	28,838
De mais de 36856 até 80640.....	45,00	37,613
Superior a 80640.....	48,00	---

2 - O quantitativo do rendimento coletável, quando superior a (euro) 7 091 é dividido em duas partes: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da col. (B) correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da col. (A) respeitante ao escalão imediatamente superior.

A norma citada corresponde a uma noção de justiça:

1-Distributiva

2-Comutativa

3- De natureza diversa das anteriores

Caso 15

Abdul Assis, cidadão estrangeiro proveniente do continente asiático, encontra-se em Portugal onde trabalha, tendo pedido autorização de residência e a proteção do Estado português, invocando, para o efeito, ser perseguidos pela Justiça do seu Estado de origem, onde foi condenado à pena de morte por homicídio. O Tribunal português decidiu recusar a extradição de Abdul Assis para o Estado onde foi condenado.

Que noção de justiça poderá estar na base desta decisão do Tribunal Português?

Caso 16

Isabel, desde o ano n – 5 que se deslocava diariamente para o trabalho conduzindo uma motorizada, facto permitido pela Lei X aos titulares da carta de condução para veículos automóveis, categoria B, que abrangia ciclomotores do tipo daquele que Isabel utilizava, com cilindrada não superior a 125 cm³. Porém, pela lei Y, publicada no ano n, foi determinado ser necessária a obtenção de licença de condução específica para poder conduzir ciclomotores na via pública, incorrendo o infrator na prática de contra-ordenação punível com coima fixada entre € 60,00 a €600,00. Isabel, na ignorância da lei, continuou a usar o ciclomotor sem obter a licença de condução específica exigida, e, em 02/02/ do ano n + 1, recebeu uma comunicação da autoridade policial para identificar quem conduzia o seu ciclomotor.

Isabel pode evitar a aplicação da coima:

1-Provando que no dia 02/02/ do ano n + 1 o ciclomotor era conduzido por Pedro

2-Invocando desconhecimento da lei Y por motivo de, quando esta foi publicada no Diário da República (jornal oficial), não se encontrar em Portugal

3-Invocando o facto de no sítio da internet da Autoridade de Segurança Rodoviária ter sido publicada uma informação segundo a qual estava em discussão pública um projeto de alteração da lei Y

4-Invocando o facto de o Ministro da Administração Interna ter afirmado que o Governo iria aprovar em Conselho de Ministros um diploma a revogar a Lei Y

Caso 17

Rutger, cidadão holandês, proprietário de um bar na Rua Q, em Lisboa, foi acusado da prática do crime de tráfico ilícito de estupefacientes por motivo de, à semelhança do que estava habituado a praticar no seu anterior bar sito em Amesterdão, Holanda, ter vendido a um cliente 2 gramas de cannabis sativa L, espécie cujo tráfico é proibido pela lei portuguesa.

Em sua defesa e a fim de evitar a condenação no processo criminal, Rutger pode invocar:

1-Não ter recebido o preço do estupefaciente vendido

2-Ignorar que o saco onde se encontrava o estupefaciente, em vez de edulcorante, como estava escrito no mesmo, continha cannabis

3-Invocar o desconhecimento da lei criminal portuguesa, justificado pelo facto de residir em Portugal apenas há dois meses

4-Invocar o facto de ter lido notícias de intervenções de deputados na Assembleia da República no sentido de irem propor a legalização do consumo de cannabis.

Caso 18

Por sentença judicial irrecorrível, Daniel obteve uma indemnização de € 2.000.000,00 devida pela expropriação pelo Estado de um terreno, considerado pelo Tribunal como apto para construção urbana. Decorridos dois anos sobre a referida sentença, o Tribunal Constitucional declarou com força obrigatória geral a inconstitucionalidade da lei de solos ao abrigo da qual se procedeu à qualificação daquele terreno para construção urbana, passando o mesmo a ser tratado como rústico, com um valor de € 50.000,00..

Face à referida sentença Daniel deverá devolver ao Estado a quantia de € 1.950.000,00 ?

Caso 19

No ano n Alberto acordou verbalmente em tomar de arrendamento um apartamento, mediante o pagamento da renda de 400,00 euros, onde passou a residir. No ano n + 2 entrou em vigor uma alteração legislativa, por virtude da qual, os contratos de arrendamento só são válidos se tiverem sido celebrados por escrito assinado pelas partes.

No ano n + 3 Bento, senhorio de Alberto, pode

1- Exigir a Alberto a formalização escrita do arrendamento;

- 2- Pedir o despejo do apartamento, por invalidade do arrendamento
- 3- Exigir uma indemnização a Alberto por ocupação ilegal do apartamento
- 4- Pedir a Alberto o pagamento de rendas

Características do Direito e da norma jurídica

Caso 20

Tenha em consideração o disposto no artigo 484º do CC, seguidamente transcrito:

"Quem afirmar ou difundir um facto capaz de prejudicar o crédito ou o bom nome de qualquer pessoa, singular ou coletiva, responde pelos danos causados."

- 1- Analise o preceito do ponto de vista da sua estrutura;
- 2- A norma no mesmo contida pode ser classificada como:
 - 1-Norma com estatuição jurídica ?
 - 2-Norma com estatuição material ?
 - 3-Norma individual ?
 - 4-Norma geral ?
 - 5-Norma concreta ?
 - 6-Norma abstrata ?

II

Os Ramos de Direito

Caso 21

Distinguindo Direito Público de Direito Privado, identifique os Ramos do Direito que regulam as seguintes situações:

- 1-O Governo elaborou o Orçamento de Estado, o qual consagra as despesas e as receitas.
- 2-Os Estados A, B, C e D celebraram um Tratado com vista à proteção do meio ambiente nesses mesmos Estados.
- 3- E pediu uma licença de utilização de espaço público à Câmara Municipal de Lisboa.
- 4- F no meio de uma discussão dá um tiro a G matando-o.
- 5- É da competência do Presidente da República nomear o Primeiro-Ministro.
- 6- H, que presta atividade na empresa X, Lda. tem anualmente direito a um subsídio de férias.

- 7- I pretende saber qual o prazo de garantia da máquina de lavar roupa que adquiriu numa loja de eletrodomésticos.
- 8- J faleceu, L, pretende saber se é o único herdeiro, ou também M, seu meio-irmão.
- 9- N solicitou o registo de uma marca.
- 10- O e P constituíram a sociedade "OP, Lda. – Comidas e Bebidas".
- 11- Q celebrou um contrato de compra e venda mediante o qual se obriga a pagar o valor de 100 euros e R a entregar-lhe um relógio.
- 12- S cidadão americano pretende casar-se com T, cidadã russa, em Portugal desconhecendo qual a legislação aplicável.
- 13- U desconhece sob a tutela de que Ministério se encontram os Institutos Politécnicos Públicos.
- 14- V pretende adotar uma criança querendo saber qual o procedimento.
- 15- X pretende saber se lhe assiste algum subsídio durante a sua licença parental.
- 16- Z foi aumentado e pretende saber se a taxa de IRS que incide sobre o seu salário será superior.
- 17- É competência do conservador do registo civil celebrar casamentos civis.
- 18- Foi interposta uma ação pelo trabalhador da empresa X com vista à impugnação do despedimento.
- 19- AA sendo titular de um crédito relativamente a BB pretende saber qual o Tribunal competente com vista à satisfação desse crédito.
- 20- CC tendo a posse de uma coisa nem sempre é considerado proprietário dessa mesma coisa.

Caso 22

A defesa da concorrência é assegurada na União Europeia, quer pelo *Direito originário*, quer pelo *Direito derivado*.

As expressões assinaladas em itálico correspondem:

- 1-Direito originário ao Direito em vigor há mais tempo, e Direito Derivado ao Direito mais recente
- 2- Direito originário ao Direito dos Tratados que instituíram as Comunidades Europeias e a União Europeia, e Direito Derivado ao Direito produzido por todos os seus órgãos
- 3- Direito originário ao Direito dos Tratados que instituíram as Comunidades Europeias e União Europeia, e Direito Derivado ao Direito produzido pelo Conselho e Parlamento Europeus sob iniciativa da Comissão Europeia
- 4-Direito originário ao Direito dos Tratados que instituíram as Comunidades e a União Europeia, e Direito Derivado ao Direito produzido pelo seu Tribunal de Justiça

III

O sistema político e o sistema jurídico

Caso 23

Bernardo quer encarregar Carlota de traduzir, para língua alemã, o seu livro " Desenvolvimento económico; perspetivas face às alterações climáticas no século XXI". Antes de assinar o acordo de tradução, Bernardo perguntou ao jurista Daniel, qual o Direito aplicável a tal acordo. Tendo presente o sistema jurídico vigente em Portugal, Daniel irá responder a Bernardo tendo em conta, principalmente:

- 1- A lei publicada no Diário da Republica
- 2- As decisões que os Tribunais têm proferido sobre casos semelhantes
- 3- O direito que lhe for indicado por um funcionário da embaixada em Lisboa da República Federal Alemã
- 4- O que as partes costumam acordar em casos semelhantes

Caso 24

A Direção Geral do Consumidor (DGC), integrada no Ministério da Economia, prossegue, entre outros, os seguintes objetivos:

- Colaborar na definição e execução da política de defesa do consumidor, nomeadamente através da avaliação das necessidades de regulamentação, da emissão de pareceres sobre iniciativas legislativas, da apresentação de propostas legislativas ou de outras medidas neste âmbito, e da dinamização da transposição e aplicação da legislação europeia;
- Contribuir para que os direitos e os interesses dos consumidores sejam considerados na definição e na execução das demais políticas do Governo;
- Promover e realizar ações de informação, de educação e de formação dos consumidores, designadamente em articulação com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência, sensibilizando os consumidores para o exercício dos seus direitos e deveres;
- Prestar informação jurídica, no âmbito do direito do consumo, encaminhar denúncias e reclamações em matéria de consumo para as demais entidades competentes e gerir a Rede Telemática de Informação Comum, prevista no Decreto -Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, alterado pelos Decretos -Leis n.os 371/2007, de 6 de novembro, 118/2009, de 19 de maio, e 317/2009, de 30 de outubro;
- Promover o acesso dos consumidores aos mecanismos de resolução de conflitos do consumo;
- Zelar pela segurança geral dos produtos não alimentares e dos serviços colocados no mercado, decidindo sobre aqueles cujo risco não é compatível com o elevado nível de proteção da saúde e segurança dos consumidores..;

Ao prosseguir estes objetivos, a DGC está a prosseguir a função do Estado:

- 1-Política
- 2-Legislativa
- 3-Judicial
- 4-Administrativa

Caso 25

Comente as seguintes afirmações e explique se se adequam ao sistema de Governo português:

- 1- "O Presidente é eleito diretamente e preside às reuniões do conselho de ministros, apesar de existir um Primeiro-Ministro".
- 2- "Uma constituição não escrita tem a vantagem de permitir uma melhor adaptação à evolução dos tempos".
- 3- "O Primeiro-Ministro marca as eleições quando entender mais adequado"
- 4- "O Presidente pode apresentar propostas de lei à assembleia"
- 5- "O chefe de estado designa o Primeiro-Ministro"
- 6- "O parlamento é o órgão que, por excelência, exerce o poder legislativo"
- 7- "O chefe de estado tem poder de veto sobre as leis aprovadas."
- 8- "Nem o Presidente pode dissolver o parlamento, nem o parlamento pode destituir o Presidente."
- 9- "O governo pode ser demitido pelo chefe de estado"

Caso 26

O Primeiro-Ministro (PM) apresentou o seu pedido de demissão ao Presidente da República, com fundamento em "graves incompatibilidades com os Ministros da Saúde e da Cultura".

O Presidente da República (PR) aceitou a demissão do PM, exonerando, também os dois Ministros citados.

Em resultado da exoneração, o PM decidiu assumir as competências dos dois membros do Governo exonerados.

O PR, para substituir o PM demitido, decidiu designar como PM o antigo Ministro da Saúde, a que deu posse, iniciando o mesmo o exercício das respetivas funções.

Na sequência da apresentação do programa de Governo, na Assembleia da República, foi apresentada uma proposta de rejeição, que obteve os votos favoráveis de 110 deputados, os votos contra de 100 deputados, verificando-se 20 abstenções.

Após esta deliberação, o PR demitiu o PM por não estarem reunidas as condições necessárias para o regular funcionamento das instituições democráticas.

Aprecie a questão , tendo em conta os seguintes tópicos:

- 1 – estatuto constitucional do Primeiro-Ministro.
- 2- causas de demissão do Governo constitucionalmente previstas.

- 3 – competências de Governos demitidos, em matéria relativa à sua organização e funcionamento.
- 4 – competências do Presidente da República relativas à nomeação do Primeiro-Ministro.
- 5 – regime jurídico da apresentação parlamentar do programa de Governo.
- 6 – compatibilidade do ato presidencial de demissão do Governo com a Constituição.

Caso 27

O Presidente da República (PR) elaborou, assinou e fez publicar no Diário da República um decreto extinguindo todo o exército português, por considerar que, face à situação política atual do país, já não fazia sentido investir na defesa nacional.

O decreto entrou em vigor a 5 de Março do ano n e os soldados foram despedidos sem direito a indemnização. João, soldado, colocou o caso em tribunal, mas o acesso foi-lhe negado sob o argumento de que a lei “teria sido elaborada, assinada e promulgada pelo próprio PR, de modo que não haveria qualquer possibilidade de apresentar o caso a tribunal”.

Aprecie a questão, tendo em conta a:

- 1- Posição do PR face às Forças Armadas
- 2-Competência política e legislativa do PR
- 3-Direitos, liberdades e garantias do cidadão

IV

Fontes de Direito

Caso 28

Comente as seguintes afirmações:

- 1-Lei em sentido formal corresponde a um conceito diferente de Lei em sentido material;
- 2-Enquanto a lei e o costume são fontes imediatas do Direito, a doutrina não passa de fonte mediata do mesmo;
- 3-Cada lei tem a sua vacatio legis .

Caso 29

Atente no seguinte ato legislativo:

Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro

Aprova a revisão do Código do Trabalho

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação do Código do Trabalho

É aprovado o Código do Trabalho, que se publica em anexo à presente lei e dela faz parte integrante.

(...)

Aprovada em 21 de Janeiro de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 4 de Fevereiro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendada em 9 de Fevereiro de 2009.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

1-Identifique o ato e o órgão onde foi aprovado.

2-O ato aprovado é fonte mediata ou imediata de Direito ?

3-O PR ao receber o diploma que poderia fazer?

4-Imagine que o ato tinha sido aprovado pelo Conselho de Ministros. O presidente da República deveria promulgá-lo?

5-Poderia o TC (Tribunal Constitucional) intervir no decurso da elaboração do ato? E após a sua publicação?

6-Qual a validade do ato se este não tivesse sido:

6.1-Promulgado

6.2-Referendado ou

6.3 Publicado

Caso 30

Identifique as fontes de Direito que considera presentes em cada uma das seguintes situações:

1- O acórdão n.º 602/2013 declarou inconstitucional algumas normas que procediam a alterações ao Código do Trabalho.

2- Foi emitida pelos Ministros Adjunto e do Desenvolvimento Regional, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março que identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

3- É prática comum na empresa X incluir as despesas de deslocação frequentes dos trabalhadores na retribuição dos mesmos, sendo que, a Lei a tal não obriga.

4- Foi publicado um artigo numa revista científica que punha em causa a constitucionalidade de determinadas normas jurídicas vigentes no ordenamento jurídico português.

5- O titular do nome não pode, especialmente no exercício de uma atividade profissional, usá-lo de modo a prejudicar os interesses de quem tiver nome total ou parcialmente idêntico; nestes casos, o tribunal decretará as providências que, segundo juízos de equidade, melhor conciliem os interesses em conflito.

V

Aplicação da lei

Caso 31

Imagine que no ano n entrou em vigor a Lei A que estabeleceu que o período normal de trabalho diário é de 8 horas. No ano $n + 1$ foi publicada a Lei B que estabelece que o período normal de trabalho diário é de 9 horas, sem fazer referência à lei A.

1- Se a Lei B nada dispuser sobre a matéria, quando entra em vigor a Lei B?

2- Qual a forma de cessação de vigência da Lei A?

3- Qual a consequência de a Lei de B vir a ser declarada inconstitucional?

4- António, trabalhador da empresa X, pretende saber se tem de passar a prestar 9 horas de trabalho diário uma vez que já trabalha na empresa desde o ano $n-10$.

Caso 32

Imagine que no dia 1 de janeiro do ano n Bento pratica um facto punível pela Lei X com 3 anos de prisão. Durante a investigação, no ano $n+2$, entrou em vigor a Lei Y que estabeleceu que tal facto passou a ser punível apenas como contra-ordenação (aplicação de uma coima no montante máximo de € 15000,00).

1- Qual a pena máxima aplicável a Bento?

2- A resposta à questão seria a mesma se a Lei Y continuasse a punir a infração como crime, mas com uma pena de 2 anos de prisão?

3- E a resposta seria idêntica se a lei Y previsse a punição com a pena de 180 dias de multa e proibição de exercício do comércio por período máximo de dois anos?

Caso 33

Identifique as seguintes espécies de interpretação indicando se cada uma delas tem força obrigatória geral:

- A Lei B veio interpretar o Decreto-Lei C.

- O Despacho normativo do Ministro das Finanças estabelece instruções sobre a forma como os trabalhadores da Autoridade Tributária devem aceitar e rejeitar declarações para liquidação de impostos

-Um jurista de reconhecido mérito chegou à conclusão que os tribunais estavam a aplicar a norma Z de forma errada.

-Após a interpretação da Lei o juiz proferiu a sentença X.

Caso 34

Tenha presente o disposto no artigo 877º do CC que dispõe:

" 1. Os pais e avós não podem vender a filhos ou netos, se os outros filhos ou netos não consentirem na venda; o consentimento dos descendentes, quando não possa ser prestado ou seja recusado, é suscetível de suprimento judicial.

2. A venda feita com quebra do que preceitua o número anterior é anulável; a anulação pode ser pedida pelos filhos ou netos que não deram o seu consentimento, dentro do prazo de um ano a contar do conhecimento da celebração do contrato, ou do termo da incapacidade, se forem incapazes."

1-Em teoria, que elementos deve ter em conta para interpretar esta norma, de forma a alcançar o seu real significado?

2- Beatriz (B), solteira, tem dois Filhos (B-1 e B-2) que lhe "deram" 4 netos (B-1-1, B-1-2, B-2-1 e B-2-2). B-1 é casado no regime de comunhão de bens adquiridos e B-2 no regime da separação absoluta de bens.

2.1- B pode vender a Catarina (C,) cônjuge de B-2, o seu prédio X, onde reside, sem autorização dos seus descendentes ?

2.2- B pode vender o seu prédio Y a Mariana (M), cônjuge do seu Filho B-1 ?

2.3- Para que B venda o imóvel Z a um bisneto, filho de B-1-1, é necessária a autorização dos seus descendentes?

2.2.3- Que tipo de interpretação da lei fez ao responder às questões anteriores ?

Caso 35

Dispõe o artigo 230º do Código Comercial (diploma de 1888):

"Haver-se-ão por comerciais as empresas, singulares ou coletivas, que se propuserem:

.....

5.º Editar, publicar ou vender obras científicas, literárias ou artísticas;

6.º Edificar ou construir casas para outrem com materiais subministrados pelo empresário;

7.º Transportar, regular e permanentemente, por água ou por terra, quaisquer pessoas, animais, alfaiais ou mercadorias de outrem."

Diga se as seguintes atividades podem ser consideradas comerciais, tendo presente o artigo citado e o que entender por conveniente, indicando a modalidade de interpretação que fez (declarativa, extensiva ou restritiva):

- 1- Venda de ficheiros de música e vídeo pela internet;
- 2- Construção de autoestradas;
- 3- Transporte aéreo de pessoas e bens.

VI

Relação Jurídica (noção, estrutura, sujeitos e objeto)

Caso 36

Em 25/02 do ano n Luís foi contratado pela AAA – aluguer de veículos motorizados LDA (AAA LDA) com o fim de proceder à abertura no distrito de Lisboa de estabelecimentos de aluguer de automóveis sem condutor, mediante o recebimento da retribuição mensal de € 1.000,00. A AAA LDA foi constituída por António, Carlos, Daniel e Eduardo, estando o seu capital social repartido por estes sócios em partes iguais. Na sociedade são gerentes Carlos e Eduardo. A fim de poder circular com os vários veículos Luís contratou junto da CCC – Companhia de Seguros SA um seguro de carta pelo qual transferiu para esta a responsabilidade civil emergente de sinistros em que interviesse.

Analise estruturalmente as diferentes espécies de relações jurídicas estabelecidas entre os indicados intervenientes.

Caso 37

Carlos, menor, com 16 anos de idade, acorda:

- 1- com Bento em comprar-lhe um computador pelo preço de € 1.000,00
- 2- com Benedita em trabalhar para esta no seu estabelecimento de venda de publicações periódicas;
- 3- com Filipa em contrair casamento.

Os acordos celebrados por Carlos são válidos?

Caso 38

António (A) pretende negociar a aquisição de serviços de comunicação e imagem a fornecer, em parte, pela CROMOSSOMA MÉTRICO Lda (C) e, em parte, pela Associação INCREDIBLERELAX (I).

- 1- Quem poderá representar C e I ?
- 2- Para que local deve A dirigir as suas propostas de aquisição de serviços a C e I ?
- 3- No caso da Associação INCREDIBLERELAX não cumprir os serviços a que se obrigou, os membros do seu órgão de administração são pessoalmente responsáveis pelos danos decorrentes desse incumprimento ?

VII

Relação Jurídica (facto jurídico, em geral)

Caso 39

No dia 1 do mês de Novembro do ano n, Gustavo passou pelo estabelecimento de venda de automóveis de Manuel e perguntou se este possuía para venda um automóvel da marca X, modelo Y do ano de 2012. Carlos, empregado de Manuel, respondeu negativamente a Gustavo. No dia 8 do mesmo mês e ano, Gustavo recebeu um fax enviado por Manuel pelo qual este o informou que dispunha de dois automóveis da marca X, modelo Y, um preto e outro cinza, pedindo-lhe para dizer se estava interessado nalgum deles. Gustavo endereçou imediatamente um fax dirigido a Manuel com o seguinte teor: "Fico com o automóvel preto". No dia 10 do mesmo mês e ano, Manuel vendeu os dois automóveis de marca X, modelo Y, a Hilário e Joaquim. No dia 11 do mesmo mês, Gustavo passou pelo stand para pagar o preço do automóvel preto. Nesse momento Manuel comunicou ao Gustavo que não concluíra com ele qualquer contrato de compra e venda, e, em todo o caso, os automóveis que vendera no dia 10 eram do ano de 2011 e não de 2012, pelo que, partiu do princípio de que não interessavam a Gustavo.

Terá ou não sido celebrado contrato de compra e venda de automóvel entre Gustavo e Manuel? Que direitos assistem a Gustavo por virtude do exposto?

Caso 40

1 - M foi contratado pela sociedade INVINCIBLEPOTENTIAL SA (I), dedicada a atividades de publicidade e marketing, para trabalhar num departamento dessa sociedade. No âmbito do trabalho para o qual foi contratado, M recebeu mensagens de correio eletrónico de Gustavo (G), Heliodoro (H) e Joaquina (J) que pretendem contratar os serviços de I.

- 1.1. – As mensagens de G, H e J serão válidas atendendo à forma de comunicação utilizada?
- 1.2. – É possível convencionar com G, H e J que as alterações aos contratos celebrados com I só serão válidos se revestirem a forma escrita?
- 1.3. - Suponha que em 05/05 do ano n, I publica no seu sítio da internet a seguinte comunicação: "Para consultar as condições de venda e produtos disponíveis, deverá clicar [aqui](#)." Em 10/05/do ano n Raquel (R) visitou o referido sítio e, clicando em "[aqui](#)", ficou a saber a lista de serviços disponibilizados por I, com os preços por esta praticados, endereçando mensagem à mesma no sentido de adquirir o serviço identificado como K3, dispondo-se a pagar o preço em duas prestações, a primeira, no montante de 50% do preço, com o início da prestação do serviço, e a última, de idêntico montante, com o termo de tal prestação. Entre I e R formou-se cum contrato?

Caso 41

A EF - Economia e Finanças Editora SA (EF), divulgou em 10/04 do ano n o catálogo das edições disponíveis, através do seu sítio na internet, acessível a qualquer interessado, onde consta a sua identificação e contactos. Deste catálogo, consta também, para cada obra, a fotografia de capa, o Autor, o índice, uma pequena sinopse de apresentação e o preço. A EF dispõe de uma livraria no centro comercial X. Em 10/05 do ano n, Francisco (F) escolheu na livraria da EF dois livros que depositou junto à caixa prontificando-se a pagar. O empregado da EF aceitou o cartão de débito facultado por F, que,

sem hesitação, digitou o respetivo código (pin), concretizando o pagamento, após o que F saiu da livraria com os dois livros. Entre F e o empregado de EF não foi trocada qualquer palavra.

1-Concluiu-se algum negócio entre EF e F?

2- F pode requerer a anulação da aquisição dos livros e a devolução do preço, alegando que o cartão de débito por si utilizado não lhe pertencia, contrariamente ao que tinha suposto?

3- F poderá requerer a anulação do negócio alegando que a cor da capa dos livros por si escolhidos era diferente da constante do catálogo que visualizara na internet, facto de que apenas se tinha apercebido no dia 11/05 do ano n, quando os foi examinar detalhadamente?

Caso 42

Por documento escrito elaborado em cartório notarial **A** constituiu **B** seu procurador para a compra de um imóvel em Lisboa. Depois, através de carta, **A** fixou como valor máximo de compra do imóvel 100.000,00 euros. **B** em nome de **A** comprou a **C** um imóvel por 125.000,00 euros. **C** ignorava a carta elaborada por **A**, antes desta ser conhecida.

A pretende que o contrato fique sem efeito porque, segundo alega, existe falta de poderes do representante; terá razão ?

Caso 43

1) Gustavo (G), trabalhador da sociedade FUTURXIMOQ – Publicidade e Marketing, Lda. (F), acorda verbalmente com Heliodoro (H), gerente da mesma e seu amigo, em declarar ter recebido de F um prémio no montante de € 5.000,00, quando nada lhe foi pago. O objetivo de ambos com esse acordo era justificar a saída de tal verba dos cofres da sociedade, verba da qual Isabel (I), amiga de ambos, se apropriara indevidamente.

1.1- O acordo em causa, por ter sido celebrado verbalmente, seria válido?

1.2- I, por se ter entretanto zangado com H, poderia requerer a declaração de nulidade do acordo em causa?

Caso 44

Em 06/03 do ano n Frederico (F) prometeu vender a Guilhermina (G), pelo preço de 550.000,00, a fração autónoma X do prédio Y onde explorou uma galeria de arte. Em 06/12/ do ano n, F e G celebraram o escrito da compra e venda prometida declarando no mesmo o preço de 200.000,00, apesar de G ter pago a F 550.000,00. A divergência entre o preço declarado e o pago teve em vista G pagar menos imposto de transmissão de bens imóveis e F pagar menos imposto sobre o seu rendimento (tributação de incrementos patrimoniais). Em 06/01 do ano n + 1, G, verificando que a fração comprada tinha diminuído o seu valor de mercado, por se situar na periferia da cidade, e não possuía as condições necessárias para na mesma se depositarem obras de arte, devido a infiltrações de humidade, pretende que a compra e venda seja declarada inválida, por simulação.

1-G terá razão e legitimidade para a invocar e simulação?

2-No caso de o Tribunal julgar inválida a compra e venda, por simulação, F pode invocar a validade do contrato de promessa celebrado, exigindo a celebração da compra e venda pelo preço de 550.000,00 ?

Caso 45

Bernardo (B), cidadão com 70 anos de idade, vendeu à Câmara Municipal de Figueiró dos Figos (CMFF) um terreno situado em zona destinada a construção urbana, pelo preço simbólico de 1,00, constando da escritura de compra e venda que o mesmo seria destinado pela compradora à construção de um centro de dia e residência para idosos, consoante o projeto já licenciado, com uma extensa zona verde envolvente, de que Bernardo poderia beneficiar gratuitamente. Decorridos cinco anos, B verificou que a CMFF não tinha edificado qualquer construção, nem era visível no mesmo qualquer área verde, sendo informado por Catarina (C) que, relativamente ao terreno vendido à CMFF, esta iria celebrar contratos de promessa de venda de lotes de terreno para construção de moradias destinadas a habitação. B pode requerer a anulação da venda à CMFF?

Caso 46

Em 02/05/do ano n, a ABC – construção civil e obras públicas Lda (ABC) prometeu comprar a Pedro (P) um prédio urbano Z em ruínas, sito na Rua X da cidade Y, pelo preço de 1.000.000,00, tendo em vista a sua reconstrução e ampliação. O preço foi fixado à razão de 2.000,00 por cada metro quadrado de terreno de implantação de Z, sendo previsível a edificação de imóvel com cave no subsolo e dez andares acima da cota do arruamento X, tal como resultava da documentação conhecida pelas partes, de acordo com o previsto no plano de pormenor da Câmara Municipal. A ABC entregou a P, em 02/05/ do ano n, a título de sinal e princípio de pagamento do preço, a quantia de 200.000,00. Em 05/06/ do ano n, a ABC recebeu o resultado do levantamento topográfico do terreno de implantação de Z, verificando que, contrariamente ao que constava do registo predial e Serviço de Finanças, a área de Z não era de 500 m², mas, apenas de 300 m². A ABC pode requerer a anulação da promessa de compra e restituição do sinal prestado?

VIII

Relação jurídica- facto jurídico em especial - compra e venda

Caso 47

António (A) e Bernardo (B) são proprietários, cada um, de um armazém, onde exercem o comércio, com as áreas, respetivamente, de 250 m² e 150 m².

A e B acordaram em trocar entre si os armazéns por forma a caber a A o armazém de 150 m² e a B o de 250 m².

A e B celebraram uma compra e venda?

Caso 48

Em 20/09 do ano n Carlos (C), exportador de fruta, acordou com os produtores, D, E e F em que os mesmos lhe vendiam a produção de pera rocha produzida nos seus pomares no ano agrícola com início em 01/10 do ano n e termo em 01/10/ do ano n+1, pelos preços globais, respetivamente, de 25.000,00, 50.000,00 e 75.000,00. Para o efeito, C preencheu os impressos de contratos de compra e venda que utiliza no seu comércio, que C,D,E e F subscreveram.



- 1- A compra e venda é válida atendendo à sua forma e objeto?
- 2- Se nada for convencionado, em que momento deverá ser pago o preço?
- 3- Em que local deverão ser entregues os frutos vendidos?
- 4- F pode recusar-se a entregar as maçãs se C não lhe pagar o preço?
- 5- C pode recusar-se a pagar as peras enquanto F não emitir o recibo correspondente à quantia paga?

Caso 49

Em 02/02/ do ano n, a sociedade ABC Lda, vendeu a Luis (L) o veículo automóvel X pelo preço de 30.000,00, a pagar em 60 prestações mensais e sucessivas, no montante de 500,00 cada. A ABC Lda entregou o veículo a L na data da compra e venda, passando este último a utilizá-lo na sua vida pessoal e profissional.

1-Se nada for convencionado, quando se transmite para L o direito de propriedade de x ?

2-Se L não pagar as 13^o e 14^o prestações, a sociedade pode resolver o negócio, exigindo a devolução do automóvel e fazendo suas as quantias já pagas por L?

Caso 50

A sociedade CDE SA, com sede na Maia, Portugal, fabrica produtos têxteis, tendo recebido em 02/01/do ano n uma encomenda de 1000 unidades de tecido XPTX por parte da sociedade TTT PLC, com sede em Manchester, Reino Unido. O preço acordado foi o de 40.000,00. O tecido fabricado pela CDE SA será transportado pela empresa JJJ SA tendo em vista concretizar a entrega do mesmo à TTT PLC. Em 02/03 do ano n a CDE entrega as 1000 unidades de tecido XPTX à JJJ SA, para as fazer chegar a TTT PLC.

1-A CDE pode acordar com a TTT PLC que o preço seja pago com a entrega da mercadoria à JJJ SA ?

2-Na falta de convenção em contrário, quando se transmite a propriedade da mercadoria?

3-Se a mercadoria for destruída por uma tempestade que, súbita e imprevisivelmente, se abateu sobre o navio em que era transportada, e o preço ainda não tiver sido pago, continua a ser devido?

Caso 51

M vende a P, pelo preço de 100.000,00, um lote de 50.000 ações da sociedade K, que se compromete a adquirir a R.

1-A venda é válida?

2- Que obrigações resultam da mesma para M ?

Caso 52

B introduziu 5,00 na máquina de venda automática de bebidas que se encontra nas instalações do Instituto Superior de Economia Aplicada, com vista à aquisição de uma garrafa de água lisa XL no valor de 1,50. A Máquina é propriedade da empresa CCC Lda. Apesar de ter seguido as instruções mencionadas no revestimento exterior da máquina, e de ter escolhido a água lisa XL, a máquina

entregou a B a água gaseificada LX. B carregou na tecla de anulação da operação, mas a máquina não restituiu os 5,00 que tinham sido introduzidos, nem qualquer troco. Que direitos assistem a B ?

Caso 53

B, estudante, comprou a C, comerciante, um conjunto de acessórios para computador, no valor de 250,00. O negócio foi concretizado acedendo B ao sítio de C na internet, onde selecionou os objetos desejados, tendo sido informado do respetivo preço, procedendo ao seu pagamento segundo os meios para o efeito disponibilizados. Uma vez recebidos no seu domicílio os acessórios comprados, B verificou que não tinham as características mencionadas no sítio de C na internet, muito embora satisfizessem as suas necessidades mais prementes.

1-B pode resolver a compra e venda reavendo o preço?

2- A resposta seria a mesma se os acessórios tivessem sido comprados por B no estabelecimento de C?

3-A resposta seria a mesma se o negócio tivesse sido materialmente concretizado por D a quem B deu os códigos de acesso à sua área reservada no sítio de C, que, contrariando as instruções de B, comprou produtos diferentes dos indicados pelo último?

Caso 54

NNN Lda, compra a MMM SA, pelo preço de 15.000,00, 50 bicicletas com vista a proporcionar aos seus trabalhadores meios de transporte não poluentes. Decorridos oito meses sobre a compra, os quadros da bicicletas apresentam a pintura deteriorada, verificando-se corrosão generalizada em várias peças metálicas que as integram. Na falta de previsão do contrato, que direitos assistem a NNN Lda, face à situação descrita ?

Caso 55

António (A), comprou a SSS SA o automóvel X, pelo preço de 25.000,00, para uso pessoal e familiar. Decorrido um ano sobre a entrega do mesmo, A ficou imobilizado na via pública por virtude de, inesperadamente, o motor do automóvel ter deixado de funcionar. Uma vez entregue o veículo a SSS SA para ser reparado, foi informado de que a avaria se relacionava com a programação eletrónica do motor. Decorridos três meses sobre a reparação por SSS SA, A ficou novamente imobilizado, na via pública, neste caso, em França, quando se deslocava, no mesmo automóvel, a fim de participar numa feira internacional de produtos que comercializava.

Pode António exigir a resolução da compra e venda com devolução do preço pago?

IX

Relação jurídica- facto jurídico em especial - responsabilidade civil

Caso 56

2) Jeremias (J), ao circular a pé numa artéria da cidade com o seu telemóvel numa das mãos, para se manter a par das publicações dos seus amigos numa rede social, e um cigarro na outra, não detetou que

em sentido contrário ao seu caminhava Leopoldo (L), invisual, e embateu neste danificando-lhe, com o cigarro, um blusão que trazia vestido.

2.1- L pretende que J lhe pague o valor do blusão, que, uma semana antes, adquirira por € 300,00. Assiste-lhe razão?

2.2- Manteria a resposta à questão anterior se J, subitamente, tivesse perdido os sentidos e, em consequência, o blusão de L tivesse sido queimado pelo cigarro de J?

Caso 57

Em 05/10/ do ano n, na Estrada Nacional 245, verificou-se um acidente de viação com intervenção do veículo pesado de transporte de mercadorias matrícula 60-AB -60 (veículo 1), conduzido por Francisco (F) no sentido Norte – Sul, e o motociclo 53-SD- 53 (veículo 2), conduzido por Gabriel (G), que circulava na mesma via no sentido Sul – Norte. Do acidente resultaram ferimentos em F e G bem como a inutilização dos vidros transportados no veículo 1. O veículo 1, na data em que ocorreu o sinistro, pertencia à MLS- Transportes Lda (MLS), transportando material por esta vendido à sua cliente BBB Lda (BBB), que deveria ser entregue à mesma naquela data, e o veículo 2 pertencia a G. Para além dos condutores F e G, ninguém mais estava presente no local e momento do acidente. G reclama da seguradora do veículo 1 uma indemnização de: 2000,00, relativa a danos sofridos no motociclo, 15.000,00 relativa ao grande sofrimento físico que padeceu em virtude das várias intervenções cirúrgicas a que se teve que submeter, e 50.000,00 pelo dano estético na sua face, insuscetível de reparação.

1-Os danos reclamados por G são indemnizáveis?

2- G terá direito às indemnizações reclamadas se o Tribunal não conseguir apurar a culpa dos condutores na produção do acidente?

X

Relação jurídica- garantia

Caso 58

David é casado com Carlota, residindo os dois e um filho menor, de dois anos de idade, no seu apartamento, designado pela letra A, no prédio urbano sito na Rua da Esperança nº 111, em Lisboa. Carlota exerce a medicina. David é diretor comercial da empresa X. Numa sexta feira, dia 02/02/ do ano n, David deslocou-se a Faro, a fim de participar numa exposição de produtos da empresa X. Quando no domingo seguinte regressou à sua residência em Lisboa, não conseguiu entrar na mesma, porque, à sua revelia, a fechadura da porta de acesso tinha sido mudada. Para além de ter grandes saudades do Filho, que se encontrava em casa, David necessitava recolher a documentação comercial, incluindo as minutas de contratos vultosos que, na segunda feira seguinte, iria assinar com um dos melhores clientes da empresa X, que se deslocava do Porto especialmente para o efeito. David, contratou um serralheiro e arrombou a porta de casa, substituindo, a respetiva fechadura, conseguindo, assim, entrar em casa. Carlota apresentou queixa junto da Polícia alegando ter David cometido um crime de dano, protestando

efetuar pedido de indemnização pelos danos morais sofridos. Será procedente a queixa e pretensão de Carlota?

Caso 59

António (A), economista, entregou à SW Lda (SW), sociedade de investimentos imobiliários, um estudo sobre a viabilidade financeira do empreendimento turístico SWPORTO-GOLF1, que aquela lhe encomendou a fim de justificar o respetivo pedido de empréstimo bancário ao banco Y SA (Y), no valor de 7.000.000,00. Os honorários de A foram fixados pelas partes na importância de 50.000,00, a pagar no ato da concessão do crédito por Y. Com base no referido estudo, Y vem a conceder à SW um crédito de 7.000.000,00. Pedro é o único gerente da SW.

No caso de não pagamento por SW da importância de 50.000,00:

1-Aconselharia A a dar poderes a Bernardo e Daniel no sentido de acompanharem quotidianamente a vida de Pedro e os seus familiares mais próximos, exibindo frases do tipo " os caloteiros não deviam sair à Rua, e eu estou em frente de um " ?

2- Pode A compelir fisicamente Pedro a assinar um cheque da SW a seu favor no valor de 50.000,00 ?

3- Pode A acionar a SW tendo em vista a venda de património desta para, com o produto da venda, se fazer pagar coercivamente da dívida ?

4- No caso de resposta afirmativa à questão 3, todo o património da SW garante o pagamento da dívida?